

# O CAVALO DE TROIA E SUA BARRIGA VERDE: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina\*

*The trojan horse and its “green belly”:  
regional planning and socio and spatial inequalities in Santa Catarina*

*El caballo de Tróia y su barriga verde: planeamiento regional y  
desigualdades socioespaciales en Santa Catarina*

---

Ivo M. Theis\*\*  
Luciana Butzke\*\*\*  
Iara L. K. Rischbieter\*\*\*\*  
Mariana C. Linder\*\*\*\*\*  
Diego B. Vargas\*\*\*\*\*

---

## RESUMO

*O capitalismo se desenvolve de forma desigual e combinada no espaço e no tempo. Desde, sobretudo, o último século, o seu avanço foi favorecido pelo planejamento. Nos países periféricos, o planejamento surgiu de forma sutil, daí suscitar o uso da metáfora do cavalo de Troia. O objetivo principal neste artigo é analisar as relações entre o desenvolvimento desigual*

---

\* Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no XIII Encontro Nacional da ANPUR, ocorrido em Florianópolis entre 25 e 29 de maio de 2009. Como se constatará, a metáfora *cavalo de Troia* tem origem em conhecido texto de Milton Santos. A referência que aqui se lhe faz é devida à lembrança evocada pela professora Ana Clara Torres Ribeiro numa mesa redonda que teve lugar durante o XII Encontro Nacional da ANPUR (Belém, 2007). Já no que se refere ao dístico *barriga-verde*, ele identifica os brasileiros que habitam o Estado de Santa Catarina. Sua origem está no peitilho verde, usado por soldados de lendário regimento organizado pelo sargento José da Silva Paes, responsável pelo governo de Santa Catarina a partir de 1738. Por fim, mas não menos relevante: os autores desejam expressar seus agradecimentos, pelas úteis sugestões encaminhadas, a dois pareceristas da Revista, que foram devidamente acatadas. Cabe advertir, todavia, que não lhes cabe qualquer responsabilidade pelas eventuais incorreções remanescentes.

\*\* Economista, doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e coordenador do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), e bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. E-mail: ivo.theis@pq.cnpq.br

\*\*\* Socióloga, doutoranda em Sociologia Política junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e integrante do NPDR. E-mail: vbutzke@terra.com.br

\*\*\*\* Turismóloga, mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB e integrante do NPDR. E-mail: ilkr21@gmail.com

\*\*\*\*\* Bacharel em Administração, mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB e integrante do NPDR. E-mail: mariana@linder.com.br

\*\*\*\*\* Economista, mestrando em Desenvolvimento Regional junto à FURB e integrante do NPDR. E-mail: vargasdb@gmail.com

Artigo recebido em out./2011 e aceito para publicação em dez./2011.

e o planejamento regional em Santa Catarina. A análise da atuação governamental e das instituições regionais no planejamento desse estado revelou que, da perspectiva do governo, sua atuação tem se sobreposto, quase anulando, a das instituições regionais; da perspectiva das instituições regionais, verifica-se uma tendência à desarticulação – e não, como esperado, um esforço coletivo e articulado visando à superação dos problemas regionais.

*Palavras-chave:* Desenvolvimento regional. Desigualdades socioespaciais. Planejamento regional. Santa Catarina.

#### ABSTRACT

Capitalism develops in an irregular and combined way through space and time. Particularly in the last century, its advance was favored by planning. In peripheral countries planning emerged in a subtle way, therefore the use of the trojan horse metaphor. The main objective of this article is to analyze the relation between uneven development and regional planning at the state of Santa Catarina. The analysis regarding the planning at the state of Santa Catarina revealed that, from a governmental perspective, its actions have prevailed over the ones promoted by regional institutions, almost nullifying them. From the perspective of regional institutions, a tendency of disconnection is perceived - the contrary of what would be expected: a collective, joined effort intending to overcome regional problems.

*Keywords:* Regional development. Socio and spatial inequalities. Regional planning. Santa Catarina.

#### RESUMEN

El capitalismo se desarrolla de forma desigual y combinada en el espacio y en el tiempo. Desde, sobre todo, el último siglo, su avance fue favorecido por el planeamiento. En los países periféricos, el planeamiento surgió de forma sutil, de ahí suscitó el uso de la metáfora del caballo de Troya. El objetivo principal de este artículo es analizar las relaciones entre el desarrollo desigual y el planeamiento regional en Santa Catarina. El análisis de la actuación gubernamental y de las instituciones regionales en el planeamiento de ese Estado reveló que, desde la perspectiva del gobierno, esa actuación se está sobreponiendo, casi anulando, la de las instituciones regionales; desde la perspectiva de las instituciones regionales, se nota una tendencia a la desarticulación – y no, como esperado, un esfuerzo colectivo y articulado visando a la superación de los problemas regionales.

*Palabras clave:* Desarrollo regional. Desigualdades socioespaciales. Planeamiento regional. Santa Catarina.

## INTRODUÇÃO

A espetacular produção capitalista do espaço que teve lugar ao longo do século XX pode ser creditada, em considerável medida, ao planejamento. As iniciativas de planejamento no Brasil são da década de 1930 e a maior parte delas foi orientada para o crescimento econômico. Esse tipo de planejamento foi o resultado das ideias dominantes na época, entendendo-o como um processo fundamentalmente econômico, de caráter imediatista e com uma visão parcial da realidade (GUILLEZEAU, 2002). No Brasil, a fase posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcada por grandes projetos, pela ajuda internacional e pelo endividamento. Neste período tornaram-se cada vez mais graves os problemas sociais, ambientais e, também, econômicos (SANTOS, 2003).

Escobar (2000) e Santos (2003) abordaram o caráter ideológico do planejamento que, segundo eles, inaugurou uma nova forma de colonização. Santos (2003) empregou a expressão *cavalo de Troia* para mostrar que o planejamento se inseriu nos países periféricos de forma sutil e insidiosa. A rigor, ele não alterou logo a estrutura socioeconômica. Foi modificando primeiro as formas e, aos poucos, as estruturas.

Na década de 1980 o Brasil entrou em crise. O Estado intervencionista, agente-chave do planejamento, perdeu força e, com ele, também, o “padrão autoritário-tecnocrático-racionalista” de desenvolvimento até então vigente (VAINER; SMOLKA, 1991). Cabe lembrar, contrariamente ao que se imagina, que “a preservação e a extensão do poder do Estado são cruciais para o funcionamento do livre mercado” (HARVEY, 2004). Contudo, até o final dos anos 1980 ressurgiu alguma esperança no planejamento. A participação dos movimentos sociais e das *entidades de classe* na elaboração da Constituição de 1988 marcou grande avanço na redemocratização do País.

Nesse contexto, a democracia, a participação, a descentralização e o fortalecimento do poder local tornaram-se noções cruciais. No entanto, “a utilização massiva desses termos [acabaria] incutindo valor ao discurso, independentemente da concretização prática dos termos citados” (GONÇALVES, 2005, p.16). A crítica ao modelo de planejamento autoritário-tecnocrático racionalista abriria novas possibilidades. Se o planejamento passou a ser contestado pela ideologia neoliberal e empresarial, de um lado, também foi invadido por experiências participativas, de outro.

Em Santa Catarina, o planejamento vem caminhando lado a lado com o sistema nacional de planejamento. Contando com aproximadamente cinquenta anos de história, esteve diretamente vinculado ao governo estadual. Com o tempo, porém, passou a agregar a contribuição de instituições regionais: as Associações de Municípios na década de 1960, os Fóruns de Desenvolvimento Regional (FDR), os Comitês de Bacia Hidrográfica e as Regiões Metropolitanas na década de 1990.

A hipótese subjacente a este trabalho é de que o Estado de Santa Catarina é marcado por um desenvolvimento *desigual*. Embora esteja numa situação comparativamente melhor que a de muitos outros estados brasileiros, as desigualdades são bastante evidentes. Diante disso, o problema a ser tratado neste artigo é o do planejamento e sua relação com o desenvolvimento desigual em Santa Catarina. Trata-se de analisar a atuação das instituições regionais e do Governo de Santa Catarina no planejamento, bem como de avaliar sua participação no desenvolvimento do Estado.

Para dar conta deste propósito, o artigo foi dividido em três seções, além desta introdução. A primeira é dedicada ao desenvolvimento desigual, aí se apresentando o referencial teórico (*desenvolvimento desigual e combinado* e *desenvolvimento geográfico desigual*) e discutindo o desenvolvimento recente de Santa Catarina. A segunda seção trata do planejamento regional em Santa Catarina, iniciando pelo *tipo* de planejamento aqui considerado e analisando o processo de planejamento que ocorreu em Santa Catarina desde os anos 1980. Na última seção, finalmente, apresentam-se as conclusões do artigo.

## 1 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL EM SANTA CATARINA

Para tratar da relação entre o planejamento regional e o desenvolvimento desigual em Santa Catarina, examina-se, inicialmente, este último. Na presente seção procura-se, primeiramente, apresentar o referencial que ilumina esta análise, resgatando a conhecida “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, de Leon Trotsky, e, em segundo lugar, caracterizar o desenvolvimento recente de Santa Catarina.

### 1.1 DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO AO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

O enfoque teórico sobre o qual se apoia esta análise do planejamento de Santa Catarina é o do *desenvolvimento desigual*, cuja origem se encontra em Marx, Lênin e Trotsky. A lei do desenvolvimento desigual e combinado, como originalmente formulada por Leon Trotsky (1978), permite explicar as contradições econômicas e sociais nos países periféricos, rompendo com a perspectiva evolucionista e determinista, segundo a qual apenas os países economicamente desenvolvidos estariam aptos a superar o capitalismo. O desenvolvimento do capitalismo se dá de forma diferenciada, combinando características atrasadas e avançadas. Trotsky reafirma a importância das dimensões econômica e tecnológica, mas também destaca as dimensões cultural e política na explicação do *desenvolvimento desigual e combinado* (LÖWY, 1981).

Neil Smith (1988) e David Harvey (1982, 2004, 2006) partem de perspectiva similar, mas colocam a dimensão espacial no centro do que se pode chamar de *desenvolvimento geográfico desigual*. Aí se pressupõe que mudanças políticas, de

pensamento e ação têm lugar em diversos níveis escalares. Isto requer, então, que se observem as relações políticas em múltiplas escalas. Em âmbito local, elas podem reforçar o desenvolvimento geográfico desigual ou conduzir a mudanças. Na base do argumento está que a acumulação de capital, um processo econômico e político, sempre foi uma questão geográfica (THEIS, 2009).

A fim de compreender a geografia histórica global da acumulação de capital, impõe-se uma modificação na linguagem: de *globalização* para *desenvolvimento geográfico desigual*. Tratar a globalização como processo requer que se a *desnaturalize*, que se a considere como ela, de fato, ocorreu e está ocorrendo – “uma nova fase de exatamente esse mesmo processo intrínseco da produção capitalista do espaço” (HARVEY, 2004, p.81). Se a globalização consiste numa nova fase da produção capitalista do espaço, o Estado assume novas funções – que se traduzem como novas “maneiras de criar um clima favorável aos negócios” (HARVEY, 2004, p.94). Na globalização, os Estados passam a atuar na construção de territórios mais competitivos, vale dizer: com baixos salários e rigorosa disciplina trabalhista.

Esse debate sobre desenvolvimento desigual e combinado – e desenvolvimento geográfico desigual – não é novo nem estranho ao contexto brasileiro. Alguns intelectuais tomaram parte dele (explícita ou implicitamente) para analisar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O ponto de partida foram as concepções etapista e dualista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), identificáveis com o stalinismo. Para essas concepções, havia uma oposição entre os países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, e a aliança com setores da burguesia deveria levar à revolução nacional – necessariamente, burguesa – e anti-imperialista. Os acontecimentos pré-1964 demonstraram que estas ideias eram equivocadas. Desde então, a base teórica do pensamento etapista passou a ser duramente questionada, entre outros, por Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira (DEMIER, 2007).

Uma dimensão crucial da crítica ao etapismo/dualismo diz respeito à desigualdade política. A política compreende a capacidade de construção de hegemonia. Os sujeitos, grupos e classes sociais jogam com linguagens, situações, instituições e culturas inventadas, que se tornam cultura dominante: “A *sociedade civil* fica restrita aos arranjos locais e localizados, enquanto as operações da política se tornam *reserva de caça* das grandes empresas e do mercado” (OLIVEIRA, 2007, p.42). O presente estágio de desenvolvimento do capitalismo parece corresponder a um período de indeterminação, no qual emergem experiências inventivas, mas não necessariamente situadas no campo dos conflitos. A razão é simples: neste estágio, a política é apropriada pelos partidos e pelas empresas e o espaço do conflito é esvaziado. Todavia, são essas “condições desiguais [que] oferecem abundantes oportunidades de organização e ação política” (HARVEY, 2004, p.98).

Entre as oportunidades de organização e ação política, é possível distinguir dois tipos principais de utopia: as *utopias espaciais* e as *utopias do processo social*. As primeiras estariam presentes na construção de espaços seguros e controlados. Já as utopias do processo social têm na utopia do mercado o seu principal exemplo. O mercado passou a ser a solução para todos os problemas, mas foi confrontado com o desenvolvimento geográfico desigual. Logo, as *utopias do espaço* precisam enfrentar o desafio do processo, e as *utopias do processo* precisam enfrentar o desafio do espaço (HARVEY, 2004).

Da articulação entre a problemática apresentada e o referencial teórico aqui explicitado emergem as seguintes indagações: como se manifesta o desenvolvimento capitalista em Santa Catarina? Pode-se falar de desenvolvimento desigual e combinado para o caso em questão? Observa-se um desenvolvimento geográfico desigual entre as *regiões* de Santa Catarina? Que relevância vem tendo o planejamento regional na produção capitalista do espaço em Santa Catarina? Essas indagações percorrerão as próximas seções.

## 1.2 AS DESIGUALDADES NO TERRITÓRIO CATARINENSE

O Estado de Santa Catarina, situado no sul do Brasil, possui fronteiras estaduais com o Paraná ao Norte, com o Rio Grande do Sul ao Sul, com a Argentina a Oeste, e a Leste com o Oceano Atlântico. Integra 293 municípios e tem área de 95.346.181 km<sup>2</sup>, o que representa 1,12% do território nacional (SANTA CATARINA, 2006).

A extremidade meridional do Brasil permaneceu, durante muito tempo, fora da órbita de atuação do governo de Portugal. Entrou na história em fins do século XVII e, economicamente, apenas na segunda metade do século XVIII. Foi motivo de grande disputa entre portugueses e espanhóis. Sua base econômica foi a pecuária e a agricultura. Uma colonização original, que se distinguiu de todo o Brasil, foi estabelecida. “A propriedade fundiária [era] muito subdividida, o trabalho escravo [era] raro, quase inexistente, a população [era] etnicamente homogênea” (PRADO JR., 1981, p.96). Esses fatores, associados às guerras de fronteira, à reação de índios, ao roubo de gado e à intensidade do contrabando de metais preciosos, marcaram profundamente a agricultura nessa região (PAULILO, 1996). Outro ponto não menos importante é que a colonização baseada nas pequenas propriedades (de 25 a 30 hectares) impediu a formação de uma aristocracia rural nesses cantos do País.

O processo de industrialização catarinense se deu de forma descentralizada, sem uma urbanização excessiva. A distribuição de renda é uma das mais equitativas do País. Todavia, “ao lado de um aparente sucesso econômico – as principais firmas catarinenses impõem-se [...] nos mercados nacionais e internacionais – uma análise mais precisa revela numerosos problemas sociais e ecológicos” (RAUD, 1999, p.83).

No Brasil, a discussão sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento nacional se apoiou no antagonismo *endogenismo/exogenismo*. Para os que enfatizavam as determinações endógenas, os limites do desenvolvimento eram de ordem interna.

Para aqueles cujas análises destacavam os condicionantes exógenos, como a maioria dos partidários da Escola da Dependência, o subdesenvolvimento tinha suas origens no capitalismo internacional. Esses enfoques também puderam ser identificados nas reflexões sobre o processo de desenvolvimento de Santa Catarina, sobretudo nos trabalhos do Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG, 1980) e de Hering (1987). Para aquele, o desenvolvimento de Santa Catarina podia ser caracterizado como dependente; para esta, o desenvolvimento era endógeno, independente e virtuoso, desencadeado pelo caráter empreendedor dos imigrantes (LENZI, 2000).

Para Raud (2000), o desenvolvimento industrial catarinense se explica mais pela estrutura socioeconômica das colônias do que pela presença de alguns empresários ou pela relação de dependência. A chave da industrialização catarinense estaria na organização setorial-espacial. A autora resgata Mamigonian (1965), que utilizou o enfoque socioespacial em sua análise. A abordagem do desenvolvimento de Raud (2000) enfatiza a importância do território. Nesta abordagem, “as relações econômicas não são vistas como regidas por uma lógica mercantil pura, mas como inscritas em redes sociais que definem territórios no seio dos quais aparecem sinergias” (RAUD, 2000, p.52). Contudo, por trás das particularidades do desenvolvimento catarinense, de sua ocupação e industrialização descentralizada, constata-se desigualdades regionais. O contexto histórico-geográfico condicionou e condiciona o desenvolvimento das regiões e do Estado. Nas décadas de 1980 e 1990, um fator que afetou o desenvolvimento de Santa Catarina foi a perda de dinamismo de sua economia – embora também se deva notar uma atuação quase deplorável dos governos estaduais nesse período. A industrialização levou a que as políticas públicas fossem orientadas para a modernização da infraestrutura urbana, com impactos negativos sobre o espaço rural. Em decorrência, ocorreu um aumento da migração campo-cidade e um agravamento dos problemas urbanos (RAUD, 1999).

Na década de 1980, o meio rural do Oeste encontrava-se com perspectivas tão limitadas para os pequenos produtores e trabalhadores rurais que seria nessa *mesorregião* que *explodiria* o movimento dos “sem-terra” no Estado. Em 1985, duas mil famílias promoveram 16 ocupações. Não é irrelevante lembrar que o mito da superioridade europeia em Santa Catarina é tão forte a ponto de considerar a população sem-terra como uniformemente cabocla. Para surpresa de muitos, porém, 33% da população sem-terra descende de alemães, italianos e poloneses (PAULILO, 1996).

Dados recentes mostram que as desigualdades aumentaram. Considerando-se a regionalização do IBGE, constatam-se consideráveis disparidades entre as regiões catarinenses. Três das 20 microrregiões (Florianópolis, Joinville e Blumenau) passaram a abrigar 36,6% da População Economicamente Ativa (PEA) do Estado no ano 2000. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), 45% deste concentrava-se nessas mesmas três microrregiões no ano de 2005 (THEIS, 2010). O desenvolvimento desigual de Santa Catarina vem sendo condicionado por fatores

histórico-geográficos, bem como por fatores sociopolíticos. Para se compreender a influência dos fatores sociopolíticos no desenvolvimento desigual catarinense recente, é importante descrever e analisar o processo de mobilização dos agentes regionais e a atuação governamental no planejamento, ambos tratados a seguir.

## 2 PLANEJAMENTO EM SANTA CATARINA

Para tratar da relação entre o planejamento regional e o desenvolvimento desigual em Santa Catarina, examina-se, agora, o primeiro. Nesta seção busca-se, inicialmente, caracterizar o tipo de planejamento a que aqui se recorre, o que inclui aspectos normativos (se bem que é redundante falar em normatividade em relação ao planejamento), e, depois, adentrar o processo de planejamento que teve lugar em Santa Catarina, desde os anos 1980, confrontando as iniciativas governamentais com as das instituições regionais.

### 2.1 DO PLANEJAMENTO CONVENCIONAL AO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

O planejamento parece estar de volta à agenda pública. Após anos de descrédito pela identificação com o autoritarismo e certo intervencionismo estatal, o planejamento acena com a participação e a democracia num contexto marcado não apenas por um suposto enfraquecimento do Estado, mas pela possibilidade de construção de uma nova relação entre Estado e sociedade. Boa parte das concepções de planejamento utilizadas hoje em dia mistifica o Estado e o planejamento. De modo que, mesmo nas abordagens *participativas*, é preciso manter o senso crítico (RANDOLPH, 2007).

Os resultados da assimilação da dimensão participativa pelo planejamento dependem do contexto social, da relação de forças, dos grupos de pressão (RATTNER, 1979). A participação surgiu no discurso do desenvolvimento no final da década de 1950. Ativistas e funcionários de organismos internacionais atribuíram o fracasso de alguns projetos de desenvolvimento ao fato de as populações envolvidas serem sistematicamente excluídas do processo. Atualmente, parece existir um consenso em torno da adoção da participação como medida política essencial nas estratégias de desenvolvimento. E por quais razões? A participação tornou-se um *slogan* politicamente atraente, é um excelente meio para obtenção de recursos e torna os projetos mais eficazes (RAHNEMA, 2000).

Lembrando que o Estado se empenha, no presente estágio do desenvolvimento capitalista, em gerar novas *maneiras de criar um clima favorável aos negócios* e em tornar os territórios mais competitivos, o planejamento encarna a superestrutura política da sociedade. Isso lhe confere atributos de regulação e manipulação do comportamento global da sociedade (GUILLEZEAU, 2002). Que margem de manobra resta, então, à sociedade civil no processo decisório do planejamento? É possível que haja avanços reais no sentido da construção de um



modelo decisório mais democrático. Mas, também, é possível que se mantenham e se recriem as condições de manipulação sobre as comunidades, mascaradas por propostas ou estratégias falsamente democráticas (FERRARI JÚNIOR, 2004).

## 2.2 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL, AS INSTITUIÇÕES REGIONAIS: qual planejamento?

O padrão de crescimento da economia catarinense, de 1880 a 1945, foi fortemente baseado na indústria têxtil, madeireira e de alimentos, e na extração mineral (carvão) e vegetal (madeira e erva-mate). De meados da década de 1940 em diante, a indústria se ampliou e diversificou. Surgiram os setores cerâmico, de papel e celulose, mecânico e metal-mecânico. Como a infraestrutura e as instituições não estavam devidamente preparadas para tal diversificação, o governo estadual foi chamado a intervir para facilitar o processo de acumulação (GOULARTI FILHO, 2005). Contudo, apenas a partir de 1962 é que a economia passou a ser *planejada* pelos órgãos governamentais.

Dos anos 1980 em diante, com as crises fiscal e financeira do Estado, inaugura-se uma fase de planos com boas intenções, contudo sem programas bem definidos e sem uma ação efetiva do Estado (GOULARTI FILHO, 2005, p.652). No âmbito governamental, Santa Catarina vinha sendo palco de um arranjo político-partidário conservador, polarizado pelas famílias Ramos, Konder, Bornhausen – e, depois, Amin. Se considerado o período de 1980 a 2005, os partidos mais representativos passaram a ser os seguintes: Partido Progressista (PP) e Partido da Frente Liberal (PFL), considerados de direita; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), considerados de centro-direita. Com pouca expressão, Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT), considerados de centro-esquerda. Da década de 1980 em diante amplia-se a fragmentação política, predominando nas eleições o equilíbrio entre forças de centro-direita e direita e a perpetuação da hegemonia política das oligarquias referidas. Ademais, constata-se uma “baixa participação popular, a baixa competitividade interna dos partidos e baixa competitividade eleitoral dos partidos mais representativos das camadas populares, em que poucas elites se revezam no poder” (CARREIRÃO, 2006, p.46). Como o planejamento é uma intervenção profundamente *política* das sociedades no desenho de seus futuros alternativos, “é necessário investigar o processo de planejamento e sua interface com a democracia ou procedimentos democráticos [ou democratização plena] nas sociedades contemporâneas” (RANDOLPH, 2007, p.6). Aqui se concentra a atenção no caso de Santa Catarina.

O caráter político do planejamento pode se manifestar por meio da descentralização, que estimula a negociação (e decisão e implementação) de políticas públicas entre governo federal e governos subnacionais. Mais ainda: a descentralização incentiva uma maior participação dos governos locais, tornando mais complexas as relações entre níveis de governo e sociedade (SOUZA, 2002). Todavia, a ideia de

que a descentralização esteja relacionada à consolidação da democracia e à superação dos resíduos de clientelismo é relativa, dependendo menos do âmbito no qual as decisões são tomadas e mais da natureza das instituições dela encarregadas (ARRETCHE, 1996).

No Estado de Santa Catarina, a criação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) levou ao planejamento o *slogan* da descentralização. Entretanto, as SDR têm sido duramente criticadas por logo abrigarem de 15 a 20 cargos gratificados, vinculados aos partidos da base governista, ironicamente favorecendo o fortalecimento de relações clientelistas ao invés de atenuá-las (BIRKNER, 2004). De fato, o governo atual adotou uma estratégia de descentralização concebida *de cima para baixo*, em vez de valorizar e estimular as iniciativas endógenas de planejamento regional já existentes no Estado.

A análise dos planos instituídos em Santa Catarina revela características que acompanham o planejamento do desenvolvimento nacional e estadual de maneira marcante: forte (quase exclusiva) presença do Estado, abordagem setorializada, ênfase na dimensão econômica, preferência pelo curto e médio prazos, descontinuidade do processo de planejamento por dificuldades políticas, técnicas e financeiras. Existe, sem dúvida, preocupação crescente com questões sociais, culturais e ambientais e com as desigualdades regionais e urbanas. Porém, essa preocupação é incorporada aos poucos e apresenta, dependendo do plano em questão, avanços e retrocessos (BATISTA; THEIS, 2008). Dessa forma, a tendência tem sido de o Estado continuar investindo nas regiões mais desenvolvidas, contribuindo para o *desenvolvimento geográfico desigual*.

Indissociável do processo de desenvolvimento de Santa Catarina (e suas particularidades mencionadas acima) está também a organização dos agentes/sujeitos em escala regional – como associações de municípios, fóruns de desenvolvimento regional, comitês de bacia e regiões metropolitanas. Segundo Raud (1999, p.115), quando houve, “a ausência de intervenção do governo central favoreceu a mobilização das forças locais e a construção de uma cooperação e uma coesão comunitária”.

A primeira *associação de municípios* de Santa Catarina foi fundada em 1961, existindo, atualmente, 21 associações de municípios no Estado. Elas surgiram com a finalidade básica de aumentar o poder reivindicatório dos municípios junto aos órgãos estatais, visando à resolução de problemas comuns (SOUTO-MAIOR, 1992). O processo de descentralização que se originou na década de 1960, com a criação das *associações de municípios*, prosseguiu na década de 1990 com a criação dos fóruns e, posteriormente, das agências de desenvolvimento regional. O primeiro FDR foi criado em 1996, em Chapecó, por iniciativa da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSOC). Na sequência foi criado o Fórum Catarinense de Desenvolvimento (FORUMCAT), que congregaria todos os demais fóruns regionais (BIRKNER, 2004).

Enquanto existiram, os 16 FDR tinham como objetivo buscar o desenvolvimento regional sustentável através da articulação e integração de entidades

públicas e privadas com olhos num fortalecimento da cidadania. Nos últimos anos, os FDR se encontram num processo de transição para a formação de Agências de Desenvolvimento Regional (ADR). Estas têm por objetivo captar recursos para a realização de projetos, convertendo-se em braços operacionais dos FDR.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas surgiram na década de 1990 através da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.493/97). Estes têm como unidade a bacia hidrográfica e como objetivo organizar o processo de descentralização da gestão dos recursos naturais, elegendo prioridades locais e estabelecendo estratégias e diretrizes políticas. Os comitês, por sua vez, são compostos por 40% de usuários da água, 20% de governos (estadual e federal) e 40% da população e sociedade civil. Até o final dos anos 2000 haviam sido constituídos 15 comitês de bacia em Santa Catarina (THEIS *et al.*, 2007).

Outra tentativa de regionalização do planejamento foi a das Regiões Metropolitanas. O objetivo principal das regiões metropolitanas era “congregar os municípios que tenham uma relação entre si, para, juntos, elaborarem projetos e buscarem recursos, visando implementar obras de interesse regional – já que as de interesse local [eram] atendidas pela respectiva municipalidade” (THEIS *et al.*, 2001, p.234). Se, em nível federal, foram instituídas já no início dos anos 1970, pelas Leis Complementares n.º 14/73 e 20/74 (BRASIL, 1973), em Santa Catarina elas seriam criadas apenas no final dos anos 1990, por intermédio da Lei Complementar Estadual n.º 162 (SANTA CATARINA, 1998). No início foram três (Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte/Nordeste catarinense), mas, a estas logo seriam acrescidas outras três. A coordenação básica de cada *região metropolitana* era composta por um Conselho de Desenvolvimento, uma Câmara Setorial, uma Superintendência da Região Metropolitana, vinculada à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (MOURA; KLEINKE, 2000).

Se considerado o recorte espaço-temporal, as instituições regionais encontravam-se, até a segunda metade dos anos 2000, assim divididas: 21 associações de municípios (FECAM, 2005), 15 FDR (FORUMCAT, 2007), 15 comitês de bacias hidrográficas (SANTA CATARINA, 2006) e seis regiões metropolitanas. As instituições regionais formavam um mosaico de variadas regionalizações. Os recortes mais próximos eram os das associações de municípios e dos FDR, embora nem todas as associações de municípios tenham originado um FDR. A atuação das instituições regionais mostra que houve avanços e dificuldades.

Quanto às associações de municípios, que permanecem ativas, as populações participam de forma *ainda* tímida das decisões relativas ao planejamento, permanecendo o poder decisório concentrado nos prefeitos. Ademais, a ênfase na prestação de serviços (em detrimento de um planejamento sistêmico e de longo prazo) leva a que as associações confinem a espaços restritos seu potencial para a realização de estudos sobre estratégias alternativas de desenvolvimento (BUTZKE, 2007).

Quanto aos FDR, estes têm pouco tempo de atuação e alguns acabaram se transformando em Agências de Desenvolvimento Regional. Eles representaram a única instância que não impunha restrições à participação de qualquer natureza, embora, na visão dos representantes da classe trabalhadora, todas as instituições regionais sejam controladas pelo poder econômico e político (local e regionalmente) dominante (THEIS *et al.*, 2001).

Com relação aos comitês de gerenciamento das bacias hidrográficas, eles têm uma preocupação com a questão ambiental e permitem a participação de muitos agentes/sujeitos sociais. Todavia, a atuação dos comitês é restrita, visto que sua preocupação central é com a bacia hidrográfica, portanto, com as condições físico-ambientais do espaço que abrangem, e não com o desenvolvimento regional.

Relativamente às regiões metropolitanas, é preciso notar que, em Santa Catarina, elas chegaram a existir, *legalmente*, embora não *de fato*. Um importante estudo sobre o modelo de gestão das regiões metropolitanas do sul do Brasil (MOURA; KLEINKE, 2000) mostrou que, no caso de Santa Catarina, as aglomerações urbanas de Florianópolis, Joinville e Blumenau, as maiores, não passavam de “pré-metropolitanas”. Nestas aglomerações observou-se haver um processo de periferação, de transferência de crescimento, do polo para os municípios contíguos. A essas aglomerações vinham sendo destinados quase três quartos dos investimentos previstos para as atividades econômicas, reforçando o grau de concentração e o desenvolvimento desigual no território catarinense. A criação de seis regiões metropolitanas estava amparada no propósito da promoção de um desenvolvimento regional equilibrado, já que a institucionalização de apenas uma região poderia concentrar investimentos e fluxos migratórios. No entanto, a criação das seis regiões metropolitanas foi baseada, fundamentalmente, em critérios políticos, não em aspectos técnicos de caráter geográfico e urbanístico. A única região que vem passando por um processo de metropolização, de fato, é a de Florianópolis (CARGNIN, SUMAR, HENRIQUE, 2006). Note-se, contudo, que a Lei Complementar Estadual n.º 381, de 7 de maio de 2007 – que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual –, extinguiria as regiões metropolitanas (SANTA CATARINA, 2007). Já a Lei Complementar Estadual n.º 495, de 26 de janeiro de 2010, reinstituiria as regiões metropolitanas em Santa Catarina – agora, pasmem, em número de sete: Florianópolis, Vale do Itajaí, Norte/Nordeste catarinense, Lages, Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e Tubarão (SANTA CATARINA, 2010).

Assim como o Estado é marcado pelo desenvolvimento desigual, nas instituições regionais se manifestam desigualdades políticas. Das quatro instituições analisadas, todas têm uma missão clara e uma organização predefinida. Não podem ser consideradas espaços conflitivos (WATZLAWICK, 2008). Os FDR eram, nesse sentido, as instituições regionais mais promissoras. Contudo, com o surgimento das SDR ocorreu uma progressiva desmobilização dessa iniciativa.

Apesar do *slogan* participativo das instituições regionais, as preocupações são paroquiais e a participação dos agentes regionais é restrita. Estes cooperam intra-regionalmente, mas falta-lhes uma visão mais ampla. Preocupam-se com a resolução de problemas comuns. Contudo, aprisionadas pela retórica da *competitividade regional*, não percebem as desigualdades entre sua região e as vizinhas. E, portanto, não se mobilizam, articuladamente, em favor da superação das desigualdades socioeconômicas e políticas *entre* as regiões de Santa Catarina.

## CONCLUSÕES

Que conclusões se pode extrair do que foi exposto? Que possibilidades se abrem para a redução das desigualdades em Santa Catarina? Que relevância tem aí o planejamento? Antes de responder a essas questões, cabe lembrar as motivações que deram origem a este trabalho.

Convém iniciar recuperando o tema: o planejamento no contexto do desenvolvimento desigual em Santa Catarina. Com efeito, partiu-se da hipótese de que o Estado de Santa Catarina é marcado por um desenvolvimento desigual. Apesar de fruir de uma situação melhor que a de outros estados brasileiros, as desigualdades socioespaciais vêm se mostrando cada vez mais evidentes. O planejamento que vem tendo lugar em Santa Catarina ao longo de sua história recente, sobretudo a partir dos anos 1980, parece contribuir para o agravamento de tais desigualdades. De modo que o problema tratado neste artigo foi o planejamento e sua relação com o desenvolvimento desigual de Santa Catarina. Buscou-se analisar a atuação do Governo de Santa Catarina e das instituições regionais no planejamento regional, com vistas a avaliar sua participação no desenvolvimento do Estado.

As evidências aqui reunidas mostraram que Santa Catarina exhibe desigualdades em seu território. Mais: essas desigualdades (sociais, políticas e econômicas) têm aumentado ao longo do tempo. Indicadores socioeconômicos permitem ver que três regiões polarizam o desenvolvimento no Estado. No entanto, o que talvez escape de uma análise, digamos, convencional é que aqui, com um instrumental teórico-metodológico fundado na perspectiva crítica do desenvolvimento geográfico desigual, pode-se captar as sutis relações entre o rural e o urbano, entre o atrasado e o avançado, entre o sociocultural e o econômico e, sobretudo, que tais relações são, fundamentalmente, de natureza política.

O planejamento catarinense *replicou*, em escala de unidade federativa, o planejamento brasileiro e, assim, influenciou o desenvolvimento de Santa Catarina. Se, por um lado, isto parece demasiadamente óbvio, por outro, deve surpreender que o planejamento praticado em Santa Catarina, tal como um insidioso cavalo de Troia, foi produzindo as desigualdades socioeconômicas e as disparidades regionais antes referidas. Por que razão o planejamento deu errado em Santa Catarina? Bem, de fato, ele deu certo: se gerou desigualdades socioespaciais é porque contribuiu para o desenvolvimento econômico – vale dizer: para a aceleração do processo de acumulação de capital – de Santa Catarina. Contudo, o que as evidências revelam é

que esses são os resultados logrados pelo planejamento governamental, nos últimos anos, amplificados pela descentralização despótica das SDR. Em contrapartida, já faz mais de quatro décadas – e com um novo ímpeto nos anos 1990 – que emergem, desde as comunidades regionais, iniciativas de planejamento não-estatal. Essas, porém, a despeito de apontarem (pelo menos, na sua origem) para certas rupturas, padecem dos males do paroquialismo: reproduzem em escala local/regional as relações políticas assimétricas que se observam na escala estadual.

Voltando: que conclusões se podem daqui extrair? Considerando o último quarto de século, a produção capitalista do espaço, com a providencial contribuição do planejamento governamental, tanto gera riquezas como desigualdades socioespaciais em Santa Catarina.

Que possibilidades se abrem para a redução das desigualdades nesse estado? Não se tem em vista um *desacoplamento*. Portanto, são reduzidas as possibilidades de uma diminuição das desigualdades. Apesar de se tingir o quadro econômico e social de Santa Catarina com cores suaves e equilibradas, o que aqui se argumenta é que, ao invés de, supostamente, continuar se diferenciando, para melhor, do restante do País, a tendência é de uma aproximação da média das desigualdades vigentes no Brasil.

E aí, que relevância terá o planejamento? Bem, o planejamento governamental nem mudará de rumos nem deixará de existir. Para a redução das desigualdades, poder-se-ia desejar que ele *funcionasse mal*. Talvez, o melhor que se poderia desejar é a *democratização* do processo de planejamento, tanto o de origem governamental quanto o emanado das instituições regionais. No entanto, no limite, dever-se-ia cogitar da viabilidade do acionamento da teoria que inspirou a lei do desenvolvimento desigual e combinado: a emancipação de cada uma e de cada um passa pela superação da sociedade apoiada num processo de planejamento autoritário que perpetua as desigualdades sociais no território.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v.11, n.31, p.44-66, jun. 1996.

BATISTA, Lahra; THEIS, Ivo Marcos. A evolução recente do sistema de planejamento de Santa Catarina: as iniciativas governamentais de planejamento. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 2., 2008, Chapecó. **Anais....** Chapecó: APEC, 2008.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Capital social e reformas políticas em Santa Catarina**: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado. 2004. 313f. Tese (Doutorado) – Depto. Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2004.

BRASIL. Lei Complementar n.º 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 jun. 1973 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm). Acesso em: 13 nov. 2011.

BUTZKE, Luciana. **O papel das associações de municípios na dinâmica de planejamento regional e urbano em Santa Catarina**: estudo de caso sobre a trajetória da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. 2007. 142f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2007.

CARGNIN, Vanessa E.; SUMAR, Roberta Althof; HENRIQUE, Wendel. Região Metropolitana de Florianópolis/SC: aglomeração urbana ou metropolização? In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 58., 2006, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: SBPC/UFSC, 2006. Disponível em: <[http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_611.html](http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_611.html)>. Acesso em: 20 dez 2007.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário catarinense (1980-2005): histórico e evolução. In: CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian (Org.). **Os partidos na política catarinense**: eleições, processo legislativo e políticas públicas. Florianópolis: Insular, 2006. p.19-48.

CEAG. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960). Florianópolis: Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, 1980.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. **Outubro**, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n.16, p.75-107, 2. sem. 2007.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p.211-228.

FECAM 25 anos: consolidação do movimento municipalista. **Revista dos Municípios Catarinenses**, Florianópolis: Fecam, ano 2, n.2, jul. 2005.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro: UNESP, v.2, n.1, p.15-28, jun. 2004. Disponível em: <[http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/junior\\_01.pdf](http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/junior_01.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2006.

FORUMCAT. **Santa Catarina**: Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado. Disponível em: <<http://www.fecam.org.br>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

GONÇALVES, Raquel Garcia. Modelos de planejamento: uma difusão planejada. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR, 2005, p.1-20.

- GOULARTI FILHO, Alcides. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v.26, n.1, p.627-660, jun. 2005. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg\\_revistas\\_ensaios.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_revistas_ensaios.php)>. Acesso em: 15 jan. 2006.
- GUILLEZEAU, Patrícia. La planificación latinoamericana de la década de los 90. **Revista de Ciencias Sociales**, Maracaibo: Universidad Del Zulia, v.8, n.1, p.95-110, enero-abr. 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/>>. Acesso em: 15 jun. 2006.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London: Verso, 2006.
- HARVEY, David. **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.
- LENZI, Cristiano Luis. **O “modelo catarinense” de desenvolvimento: uma idéia em mutação?** Blumenau: Ed. da FURB, 2000.
- LÖWY, Michael. **The politics of combined and uneven development: the theory of permanent revolution**. London: Verso, 1981.
- MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. Separata da: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v.27, n.3, p.389-481, 1965.
- MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. Espacialidades e institucionalidades: uma leitura do arranjo sócio-espacial e do modelo de gestão das regiões metropolitanas do sul do Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 14., 2000, Petrópolis. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.15-45.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.
- PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAHNEMA, Majid. Participação. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.190-210.
- RANDOLPH, Rainer. Potencial e limitação do planejamento participativo: reflexões sobre a superação da “colaboração” pela “subversão”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. **Anais...** Belém: ANPUR / Universidade Federal do Pará, 2007.
- RATTNER, Henrique. Notas para uma crítica das teorias sociológicas do planejamento. In: RATTNER, Henrique. **Planejamento e bem-estar social**. São Paulo: Perspectiva, 1979. p.125-149.



RAUD, Cécile. As dinâmicas territoriais do desenvolvimento: reflexões teóricas e aplicação à análise do pólo têxtil-vestuário de Blumenau. In: THEIS, Ivo M; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas (Org.). **Novos olhares sobre Blumenau**: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: Ed. da FURB, 2000. p.49-80.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

SANTA CATARINA. Lei Complementar Estadual n.º 162, de 6 de janeiro de 1998. Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense e estabelece outras providências. **Diário Oficial**, n.15.834, de 06 jan. 1998.

SANTA CATARINA. Lei Complementar Estadual n.º 381, de 7 de maio de 2007. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. **Diário Oficial**, n.18.116, de 07 maio 2007.

SANTA CATARINA. Lei Complementar Estadual n.º 495, de 26 de janeiro de 2010. Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão. **Diário Oficial**, n. 18.810, de 18 mar 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD)**: descentralização e o desenvolvimento regional sustentável. 2006. Disponível em: <<http://www.spg.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2006.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2.ed. São Paulo: Ed. da USP, 2003. p.187-204.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUTO-MAIOR, Joel. A problemática da coordenação, cooperação e planejamento intermunicipais no Brasil. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro: IBAM, v.39, n.204, p.49-65, jul./set. 1992.

SOUZA, Celina. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e descentralização. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: Abrasco, v.7, n.3, p.431-441, 2002.

THEIS, Ivo Marcos *et al.* Globalização e planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, Claudia (Org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**: reflexões, tendências e perspectivas. Blumenau: Ed. da FURB, 2001. p.213-244.

THEIS, Ivo Marcos *et al.* **Subsídio à abordagem da Dimensão Territorial do desenvolvimento nacional do Plano Plurianual e no Planejamento Governamental de Longo Prazo**. Brasília: CGEE, 2007. Nota Técnica.

THEIS, Ivo Marcos. A dinâmica espacial recente da economia catarinense. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p.63-107.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: Universidade Federal do Pará, v.2, n.2, p.241-252, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324/510>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. v.1 - A queda do Tzarismo.

VAINER, Carlos B.; SMOLKA, Martim O. Em termos de liberalismo: tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara T. (Org.). **Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p.19-32.

WATZLAWICK, André L. **A evolução recente do sistema de planejamento de Santa Catarina**: as iniciativas de planejamento desde as comunidades regionais (= Relatório de Pesquisa NPDR 01/2008). Blumenau: Ed. da FURB, 2008.